

**COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A ACOMPANHAR,
FISCALIZAR E PROPOR PROVIDÊNCIAS ACERCA DA
APURAÇÃO DAS CIRCUNSTÂNCIAS DO DESAPARECIMENTO
DO INDIGENISTA BRUNO PEREIRA E DO JORNALISTA INGLÊS
DOM PHILLIPS, NA REGIÃO DO VALE DO JAVARI, NO ESTADO
DO AMAZONAS**

56ª Legislatura - 4ª Sessão Legislativa Ordinária

Apresentação: 05/07/2022 15:48 - CEXIAVAR

REQ n.17/2022

REQUERIMENTO Nº , DE 2022

(Da Sra. VIVI REIS)

Requer que esta Comissão solicite à Fundação Nacional do Índio – FUNAI a imediata elaboração e implementação de Plano Emergencial para Ações de Proteção Territorial no Vale do Javari, no estado do Amazonas.

Senhor Coordenador:

Requeiro a V. Exa., com fundamento no art. 113, I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, seja solicitada à Fundação Nacional do Índio – FUNAI a imediata elaboração e implementação de Plano Emergencial de Ações de Proteção Territorial do Vale do Javari, no estado do Amazonas.

JUSTIFICAÇÃO

Esta Comissão Externa foi criada para acompanhar, fiscalizar e propor providências acerca da apuração das circunstâncias do desaparecimento do indigenista Bruno Pereira e do Jornalista inglês Dom Phillips, na região do Vale do Javari, no estado do Amazonas.

Entre os dias 30 de junho e 1º de julho de 2022, esta Comissão realizou atividades em Tabatinga e Atalaia do Norte, municípios amazonenses.

* C D 2 2 4 2 7 1 2 7 2 7 0 0 *



Dos relatos e documentos observados é possível extrair quatro pontos de grande gravidade, umbilicalmente relacionados. O primeiro deles é o descaso do Estado para com a região, em especial, para com os indígenas do Vale do Javari. O segundo são os crimes ambientais que ocorrem no território indígena. O terceiro encontra-se no iminente risco de morte daqueles que buscam combater esses crimes e não possuem o devido respaldo estatal para tal. O quarto, a necessidade de aprofundamento nas investigações.

No que tange ao cometimento de crimes ambientais, o descaso do Estado na região, a ausência de um policiamento ostensivo efetivo, associado ao desmonte da Funai e dos órgãos ambientais, leva ao crescimento da criminalidade na região. Muitos relatos apontaram os mais diversos delitos, inclusive, o tráfico de drogas por organizações criminosas de enorme periculosidade.

Apesar de notícias de diversos crimes, o foco encontra-se na pesca ilegal, até mesmo porque esse delito encontra-se diretamente relacionado ao assassinato de Bruno Pereira e Dom Phillips. “É que Bruno perseguia os pescadores”, nos teve a ousadia de afirmar uma autoridade durante a recente diligência desta Comissão Externa.

É claro, não descartamos a possibilidade, consoante nos foi relatado, de que a pesca ilegal sirva também à lavagem de dinheiro do tráfico de drogas. Uma das atribuições desta Comissão é justamente aprofundar-se nessa questão, tendo em vista a verossimilhança dos apontamentos que indicam a pesca ilegal como parte de uma rede criminosa maior.

A despeito do que quis fazer crer o Vice-Presidente da República, em desrespeitosa e preconceituosa entrevista, a região não abarca somente ribeirinhos em busca de sobrevivência¹. Eles existem, e não há dúvidas de que é preciso buscar fontes sustentáveis de renda para que se supere a pobreza na região. Porém, tal realidade não deve servir a esconder o fato de que a região abarca pesca ilegal de gigantescas montas, ao que tudo indica, financiadas por organizações criminosas altamente armadas e enriquecidas.

¹ Disponível em <https://www.cartacapital.com.br/cartaexpressa/univaja-contrapoe-mourao-a-respeito-de-haver-um-mandante-das-mortes-de-bruno-e-dom/>



Consoante ouviu-se na região, e que será mais bem detalhado no relatório a ser elaborado, não é incomum que embarcações transitem com 500 ou mais “tracajás”, cada um a ser vendido por aproximadamente 30 reais. Na região, uma embarcação chegou a ser apreendida com duas toneladas de carne de pesca e caça².

Ou seja, pela lógica, em apenas dois dias de presença no local, percebemos que há algo por trás dos crimes que vem sendo cometido na região, e que o assassinato de Bruno e Dom não corresponde a mero conflito ocasionado por álcool, como disse o Vice-Presidente da República em desrespeitosa entrevista.

Diante de todo exposto, está mais que fundada a suspeita de que Bruno estava a combater a pesca ilegal em gigantescos montantes e financiados por pessoas de grande periculosidade. Bruno não estava fiscalizando ribeirinhos que pescam para se alimentar ou até mesmo para vender uma ou outra espécie na feira da cidade. Bruno estava documentando a atividade financiada de pesca ilegal de toneladas de peixes e tracajás, financiada por organizações de grande periculosidade e que precisam ser veementemente combatidas.

Com a ausência do Estado e a ocorrência de crimes ambientais de grande monta e financiado por organizações criminosas, não é preciso muitas linhas para afirmar o risco que correm os servidores e indigenistas na região. O medo, podemos verificar de perto, está presente nas falas e nos olhares daqueles que estão a se dedicar aos trabalhos para a proteção do território indígena na região do Vale do Javari.

Sabe-se que não há armas nos prédios da FUNAI, tendo em vista que foram retiradas por recente decisão. Além disso, nem sempre as Forças Armadas ou agentes policiais podem acompanhar as missões realizadas pelos servidores da Funai e/ou seus colaboradores. Servidores temporários da Funai sequer possuem uniformes de identificação para que façam os patrulhamentos na Terra Indígena. A situação é precária e a insegurança gritante.

² Disponível em <https://manuelzao.ufmg.br/vale-do-javari-teve-multa-recorde-por-pesca-ilegal-de-pirarucu-no-amazonas/>



As ameaças foram relatadas por diversos servidores e colaboradores que sentem como se estivessem com “um alvo nas costas”. Ainda, um servidor da FUNAI relatou que está sendo diretamente ameaçado e que solicitou à instituição que lhe transferisse para a Brasília, onde seria possível continuar a realizar seu trabalho. Até o presente momento, nada foi feito em relação a esse pedido.

Como apontado em notícia divulgada pela TV Câmara “Nas reuniões, lideranças indígenas reclamaram da ausência do Estado na região e afirmaram que todos que lutam pela causa indígena naquela área correm risco de vida”³.

Sendo assim, pela situação de constante risco sob a qual estão os servidores da FUNAI, indigenistas e colaboradores, mostra-se urgente que seja elaborado e implementado um Plano Emergencial para Ações de Proteção Territorial no Vale do Javari, no estado do Amazonas, de modo a viabilizar o pleno cumprimento de sua missão institucional.

Ainda, mostra-se fundamental que o referido Plano Emergencial contemple providências relacionadas à garantia de remoção temporária dos servidores ameaçados, cujos pormenores podem ser oportunamente informados.

Por todo o exposto, rogamos o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente Requerimento.

Sala da Comissão, em 5 de julho de 2022.

Deputada VIVI REIS

3 <https://www.camara.leg.br/noticias/893722-deputados-e-senadores-vao-ao-vale-do-javari-e-cobram-maior-presenca-do-estado-na-regiao/>

